

# **Território, Educação e Desenvolvimento Local: Dilemas educacionais em territórios do interior**

*José L. C. Verdasca*

Universidade de Évora, 2015

## **Resumo**

Com o presente trabalho propomo-nos refletir e debater a articulação entre estratégias de ação pública educacional e desenvolvimento local, num quadro contextual de acentuação progressiva das disparidades sociais e económicas intra e inter-territórios, comprovativas do desinvestimento e erosão das políticas redistributivas do Estado e da transformação dos modos de pensar as relações entre o local e o global.

Elegemos como objeto de análise a região Alentejo, identificando intraterritório centralidades e periferias, com recurso a uma metodologia muito apoiada em indicadores de âmbito demográfico, educacional e socioeconómico, nas suas múltiplas inter-relações, e estabelecendo quadros comparativos da sua evolução ao longo dos últimos anos.

Da análise sobressaem tendências evolutivas assimétricas e em crescendo, distanciando progressivamente entre si os subterritórios, dos quais parece ter ficado também refém o sistema formal de educação e ensino, a valorização social que dele é feito ou o investimento que uma forte convicção dos seus elevados benefícios em termos de retorno individual e social justificaria. Tais sinais constituem, de algum modo, pretexto e justificação suficientes para a importância da continuidade de uma discussão aprofundada das relações entre o local e o global ou, preferencialmente, da distribuição territorial de competências entre periferias e centros de vária ordem e cujo enfoque não dispensará a complexa equação da emergência de novos desafios e responsabilidades de atores e territórios nas suas múltiplas (re)configurações.

## **Introdução**

Vivemos num tempo de dilemas educacionais, enquanto desafios e caminhos frequentemente contraditórios, em territórios marcados por centralidades e periferias diversas – na demografia, no rendimento das famílias, na qualidade de vida, mas também nas oportunidades de trabalho, de educação, de saúde, de cultura – e em que a persistente perseguição de utopias alimentadoras de vontades de melhoria progressiva na base de dinâmicas de capacitação, envolvimento e participação ativa dos atores institucionais, continua a alicerçar esperanças e utopias na superação de tais dilemas.

Por outro lado, num contexto em que as tendências evolutivas evidenciam distanciamentos progressivos entre os próprios territórios escolares e no interior deles, às várias escalas, a persistência de lógicas de evolução que tendem a aprisionar os subsistemas sociais e, de entre estes, o sistema formal de educação e ensino, a valorização social que dele é feito ou o investimento que uma forte convicção dos seus elevados benefícios em termos de retorno individual e social justificariam, tendem a enfraquecer a força das convicções e o vigor das ações no contrariar das tendências globais e, em especial, na resolução local de tais dilemas.

Elegendo como objeto de análise a região Alentejo, e depois de num primeiro momento deixarmos um conjunto de apontamentos apoiados em indicadores que espelham o agravamento progressivo das disparidades sociais e económicas intra e inter-territórios, comprovativas do desinvestimento e erosão das políticas redistributivas do Estado e da transformação dos modos de pensar as relações entre o local e o global, estabelecendo quadros comparativos da sua evolução ao longo dos últimos anos, exploraremos, num segundo momento, uma proposta metodológica de mapeamento das dinâmicas populacionais

escolares e das centralidades e tendências na consolidação da rede regular de ensino secundário.

### Territórios, educação e disparidades

Poderíamos convocar vasta e variada literatura para demonstrar a crescente evolução das disparidades sociais e económicas inter e intra continentes, países, regiões e locais (e. g. Piketty, 2014), exibindo na mais profissional das representações os vazios da ética e da moral contidos nos patéticos discursos proferidos dos palanques institucionais ou dos muitos e variados meios de comunicação social, ofensivos dos valores da liberdade, da dignidade e do direito ou convidar o leitor a fazer as suas próprias análises e interpretações sobre a evolução ao longo dos últimos 15 anos do PIB *per capita*, das desigualdades de distribuição do rendimento, do esforço produtivo esperado, da sustentabilidade potencial dos primeiros doze países europeus que aderiram ao euro (e. g. PORDATA). Essas sempre interessantes e surpreendentes análises deixamo-las para o leitor; por ora, e em alternativa, quedamo-nos pela observação dos ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem por nível de escolaridade em diversos territórios centrais e periféricos do continente (Lisboa, Porto, Évora, municípios do eixo Évora-Lisboa, restantes municípios da NUT III - Alentejo Central) e pelo constatar da tendência de acentuação da sua disparidade evolutiva ao longo de quase três décadas. Os dados exibidos são claros e inscrevem o significado das palavras assimetria, disparidade, desigualdade, iniquidade ou, por outras palavras, fuga, êxodo, despovoamento, emigração, entre territórios numa banda de largura que de Lisboa ao Caia (Elvas) não chega a ser de 230 Km, todavia, e não obstante o tão reduzido espaço territorial, inscrevendo-se nele várias lógicas no estabelecimento das bases de remuneração e valorização do trabalho por nível de escolaridade e em que também elas próprias se diferenciam progressivamente entre si à medida que aumenta o grau de escolaridade. Lógicas que comprometem e aniquilam qualquer iniciativa de política local de apoio à educação secundária e ainda mais em relação ao apoio e disponibilização de bolsas para a frequência do ensino superior, dado o retorno social nulo expectável para o município do investimento municipal, dadas as exíguas probabilidades de ofertas de trabalho fora de um setor público já por si em forte contenção e contração para jovens recém graduados ou pós graduados.

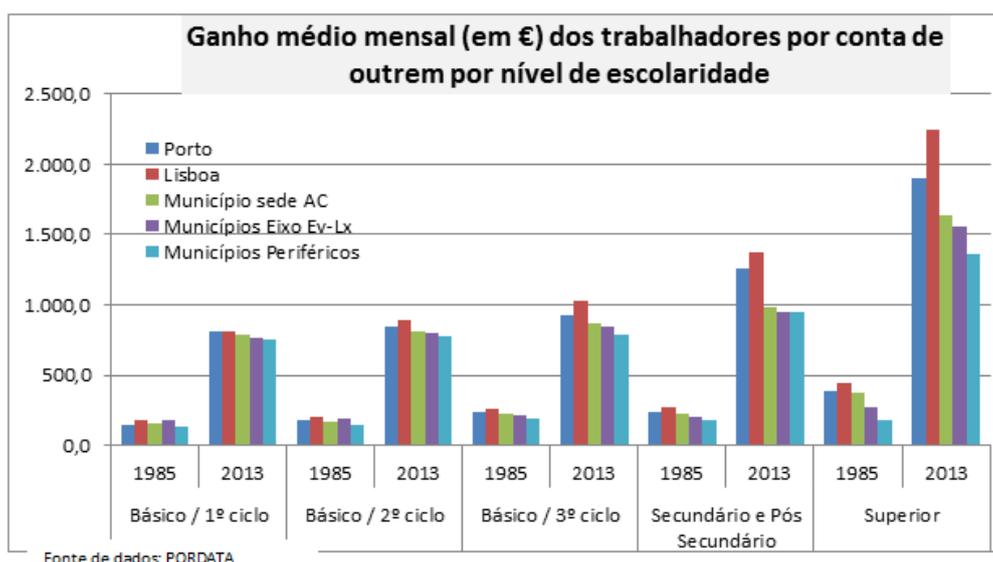


Figura 1: O contexto nacional: rendimentos, distribuição, disparidades e tendências

Quando nos deslocamos para o subsistema social de educação e ensino o problema permanece e a análise do desempenho das escolas e dos alunos e da sua evolução exhibe igualmente sinais de disparidade e desigualdade socioeducativas e o seu avolumar do centro para a periferia, das zonas urbanas para as zonas rurais. Mesmo ao nível de uma dimensão territorial do tipo NUT 3, como é o caso do Alentejo Central, emergem centralidades e periferias e os municípios apresentam marcas de desempenho escolar assimétricas, cuja tendência de agravamento o tempo parece ser incapaz de contrariar. Pelo menos, assim o sugerem os dados relativos à evolução dos valores do desvio médio dos resultados académicos das escolas ao longo de uma série de anos letivos.

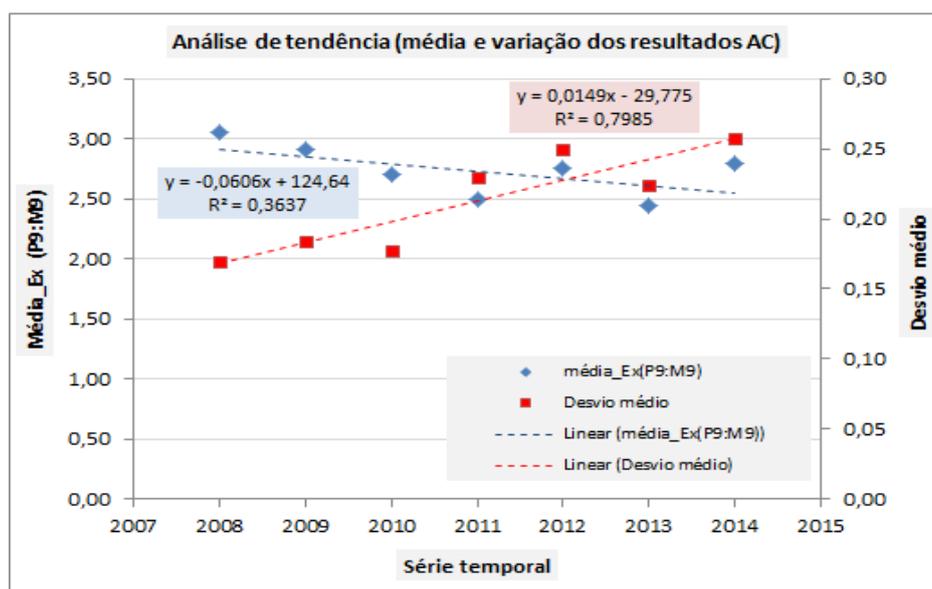


Figura 2: Evolução dos resultados de exame K9 das escolas do Alentejo Central (série: 2007/08 - 2013/14)

São pelo menos duas as principais conclusões a extrair dos dados exibidos na projeção gráfica. Por um lado, a qualidade dos resultados em Português e em Matemática está em decrescendo, situando-se em 2014 o valor de ajustamento tendencial próximo dos 2,50 pontos numa escala de 1 a 5, quando em 2008 (início da série temporal) o seu valor ajustado se situava próximo dos 3,00 pontos. Por outro lado, apesar da redução tendencial das médias dos resultados académicos, as escolas tendem a afastar-se entre si, sendo as diferenças de resultados entre elas tendencialmente mais elevadas de ano para ano e distanciando-se progressivamente as escolas dos municípios mais periféricos da média dos resultados das escolas da região.

Quem fica retido em Portugal? A pergunta cuja resposta é mais os rapazes do que as raparigas, mais os alunos de meios rurais do que meios urbanos, mais os alunos de meios familiares economicamente carenciados (Moreira *et al.*, 2009) leva-nos a um terceiro exemplo relacionado com a análise do abandono no Alentejo, a extensão consequente das retenções sucessivas. Para além do abandono precoce de educação e formação apurado entre os 18 e os 24 anos, importa determo-nos também sobre as fragilidades que a educação no Alentejo apresenta em idades de escolaridade pelo que teremos em conta os níveis de abandono escolar, entendido como retirada do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória dentro dos limites etários previstos na lei e recorreremos à taxa de abandono escolar (10-15 anos) e de abandono escolar antecipado (15-17 anos). Conjugando as três

dimensões anteriores, procedeu-se à constituição de um índice compósito de abandono escolar global obtido através da média aritmética simples dos seguintes indicadores:

1. Abandono escolar [10-15 anos], correspondente à proporção entre a população residente com idades compreendidas entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano e a população residente com idades compreendidas entre os 10 e 15 anos, incluindo os que nunca frequentaram, multiplicado pela base 100;
2. Abandono antecipado [15-17 anos], que corresponde à proporção entre a população residente com idades compreendidas entre 15 e 17 anos que não se encontra a frequentar o sistema de ensino ou que nunca o frequentaram e o total da população residente do mesmo grupo etário, multiplicado pela base 100;
3. Abandono precoce [18-24 anos], calculado a partir da razão entre o número de indivíduos entre 18 e 24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar o sistema educativo ou um curso de formação profissional e o total da população residente entre 18 e 24 anos, multiplicada pela base 100.

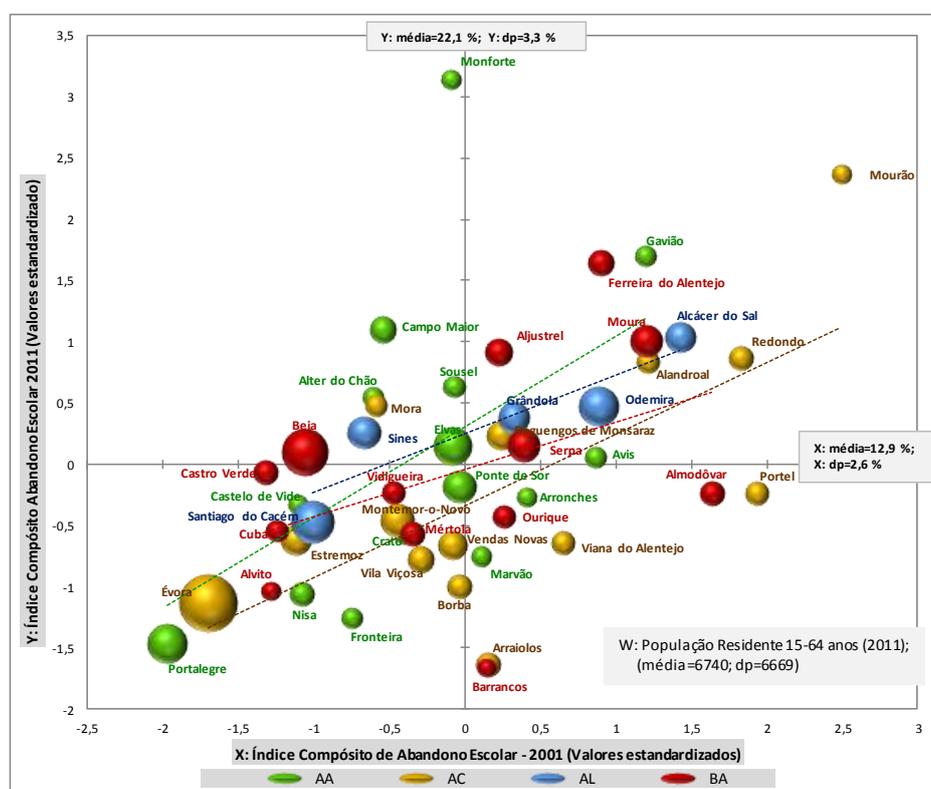


Figura 3: Dispersão dos índices compósitos de abandono escolar de 2001 e de 2011 e da população residente por município

Serão apurados dois índices compósitos de abandono, o primeiro relativo ao ano de 2001 e o segundo índice relativo a 2011, de modo a incorporar também na análise da situação a evolução do fenómeno ao longo da primeira década do século XXI e das diferentes dinâmicas e tendências intra Alentejo. Numa primeira fase, e após regularizada a informação de suporte (Atlas da Educação, Portugal 1991/2012) e apurados os índices compósitos e as variações relativas de cada município, proceder-se-á à sua projeção em diagrama de dispersão. Para maior facilidade de interpretação das posições relativas dos municípios no sistema de eixos, procedemos previamente à estandardização das variáveis e agrupámos os tradicionais 47

municípios do Alentejo nas quatro NUTs – Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral. No diagrama projetam-se as interrelações entre o ‘índice compósito de abandono global\_2001’ (X), o ‘índice compósito de abandono global\_2011’ (Y) e a ‘dimensão do município em termos de população residente dos 15 aos 64 anos em 2011’ (W), cujo efeito na projeção é representado pelo comprimento dos diâmetros dos círculos correspondentes às unidades de observação, agrupadas por NUT III.

Como se depreende dos dados exibidos, a distribuição dos municípios tende a concentrar-se nos quadrantes ímpares, indiciando a existência de correlação positiva entre os dois índices compósitos de abandono nos dois momentos temporais, ou seja, os municípios que em 2001 registavam índices de abandono escolar global mais elevado continuaram em 2011 a registar níveis elevados de abandono escolar, sendo que esta tendência tende a abranger os municípios das quatro NUTs. Nos quadrantes pares, estão municípios cujo índice compósito de abandono reduziu significativamente de 2001 para 2011 (quadrante dois) ou, caso dos municípios posicionados no quadrante quatro, que aumentou significativamente nesse mesmo período. A média das variações relativas do abandono escolar global entre 2001 e 2011 é de -37%, com um mínimo de -69% e um máximo de +22%, o que sugere variações muito heterogéneas entre os municípios do Alentejo ( $cv=59\%$ ). De referir ainda que os municípios mais populosos tendem a concentrar-se no terceiro quadrante ou relativamente próximos do ponto de interseção dos eixos, enquanto que os de menor população tendem a ocupar zonas mais afastadas do centro.

### **Rede do ensino secundário: dinâmicas evolutivas, centralidades e tendências**

Neste segundo tópico propomo-nos realizar um exercício metodológico de mapeamento dos fluxos e dinâmicas populacionais escolares, nos seus contornos e singularidades, na procura e no acesso à rede regular de ensino secundário.

Uma densidade populacional de cerca de 19 habitantes por Km<sup>2</sup> (Censos de 2011) e uma distância média entre as sedes dos municípios próxima dos 30 km, deixam antever os muitos constrangimentos estruturais que as populações escolares da região Alentejo enfrentam no acesso e frequência do ensino regular secundário em muitos dos 47 municípios. Em boa verdade, não se trata apenas de uma questão de acesso ao ensino secundário mas, sobretudo, do poder exercer a sua liberdade de escolha do curso a prosseguir em resposta aos seus interesses e motivações. Só que no Alentejo e em muitos outros territórios do interior, o lugar onde se nasce pode ser um obstáculo ao exercício dessa liberdade, por vezes até ao simples acesso sem direito a qualquer escolha.

A metodologia que desenvolvemos apoia-se, no essencial, em dois critérios de análise que, de algum modo, incorporam as duas conceções anteriores (Verdasca, 2010): o primeiro critério diz respeito à capacidade potencial da procura e a correspondente oferta de nível secundário e permite agrupar os municípios em dois grandes grupos tomando por base o quociente entre o número de alunos do 10º ano no ano letivo  $t$  e o número de alunos do 9º ano no ano letivo  $t-1$  em cada município ( $Q(10^\circ/9^\circ) \geq 1$ , grupo 1;  $Q(10^\circ/9^\circ) < 1$ , grupo 2); o segundo, evidencia a densidade populacional escolar potencial de cada município de constituir turmas nas diversas áreas de formação do ensino regular ao dividir-se o total de alunos inscritos no 10º ano por oito, por quatro e por dois (respetivamente, quatro, dois e um cursos da via científico-humanística e outros tantos cursos da via profissionalizante), no pressuposto de que quanto maior o quociente obtido tanto maior a probabilidade de cada aluno poder exercer no seu município de residência o direito à escolha do curso de nível secundário a frequentar.

As dinâmicas de transição escolar do 9º ano para o 10º ano de escolaridade inserem-se na primeira dimensão e constituem um elemento evidenciador das centralidades tendenciais na

procura social e afirmação da oferta de educação secundária ao nível dos cursos regulares científico-humanísticos e dos cursos profissionais.

*Tabela 1: Centralidades tendenciais na oferta do ensino secundário no Alentejo*

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Distrito	Município	% 9º '08/09	% 10º '06/07	% 10º '09/10	(5 - 3)	(5 - 4)	Acum 10º '09/10	al 10º / al 9º	al 10º / 8	al 10º / 4	al 10º / 2	
1	Évora	Évora	11%	16%	16%	5%	0%	16%	1,4	105	210	421
2	Beja	Beja	8%	9%	11%	1%	2%	27%	1,5	72	143	287
3	Portalegre	Portalegre	6%	7%	8%	1%	1%	35%	1,3	53	106	211
4	Portalegre	Elvas	5%	6%	6%	1%	0%	41%	1,1	38	75	150
5	Beja	Odemira	5%	5%	5%	0%	0%	46%	1,1	33	67	133
6	Évora	Estremoz	3%	4%	4%	1%	0%	50%	1,4	28	57	113
7	Setúbal	Sines	3%	3%	4%	0%	1%	54%	1,3	27	54	107
8	Setúbal	Santiago do Cacém	5%	4%	4%	-1%	0%	58%	0,8	27	54	108
9	Évora	Vila Viçosa	2%	3%	3%	1%	0%	61%	1,5	22	43	86
10	Beja	Moura	3%	3%	3%	0%	0%	64%	1,0	21	42	85
11	Beja	Serpa	3%	3%	3%	0%	0%	67%	0,8	17	35	69
12	Portalegre	Ponte de Sôr	3%	4%	3%	1%	-1%	70%	0,8	18	36	71
13	Beja	Alvito	0%	2%	2%	2%	0%	72%	7,1	13	25	50
14	Portalegre	Nisa	1%	2%	2%	1%	0%	74%	2,1	13	26	53
15	Beja	Cuba	1%	1%	2%	0%	1%	76%	1,2	11	22	44
16	Évora	Vendas Novas	2%	2%	2%	0%	0%	78%	1,0	14	28	56
17	Évora	Arraiolos	2%	1%	2%	-1%	1%	80%	1,0	11	21	43
18	Évora	Reguengos Monsaraz	2%	2%	2%	0%	0%	82%	1,0	14	28	55
19	Setúbal	Grândola	2%	2%	2%	0%	0%	84%	1,0	15	31	62
20	Portalegre	Campo Maior	2%	2%	2%	0%	0%	86%	0,9	12	25	49
21	Évora	Montemor-o-Novo	3%	3%	2%	0%	-1%	88%	0,9	16	32	63
22	Setúbal	Alcácer do Sal	2%	2%	2%	0%	0%	90%	0,8	11	23	46
23	Évora	Redondo	1%	1%	1%	0%	0%	91%	1,3	10	19	39
24	Portalegre	Alter do Chão	1%	1%	1%	0%	0%	92%	1,2	9	18	37
25	Portalegre	Avis	1%	1%	1%	0%	0%	93%	1,2	7	14	28
26	Évora	Mora	1%	1%	1%	0%	0%	94%	1,1	4	9	17
27	Beja	Vidigueira	2%	1%	1%	-1%	0%	95%	1,0	10	19	38
28	Beja	Ourique	1%	1%	1%	0%	0%	96%	0,9	5	11	21
29	Beja	Mértola	2%	2%	1%	0%	-1%	97%	0,8	9	18	36
30	Beja	Castro Verde	1%	1%	1%	0%	0%	98%	0,7	5	10	21
31	Beja	Almodôvar	1%	2%	1%	1%	-1%	99%	0,7	7	14	28
32	Beja	Aljustrel	2%	2%	1%	0%	-1%	100%	0,6	6	12	25
33	Évora	Viana do Alentejo	1%	1%	1%	0%	0%	100%	0,5	4	8	16
34	Portalegre	Crato	1%	0%	0%	-1%	0%	100%	0,7	3	5	11
35	Beja	Ferreira do Alentejo	1%	0%	0%	-1%	0%	100%	0,3	2	4	8
36	Évora	Portel	1%	0%	0%	-1%	0%	100%	0,2	2	4	8
37	Portalegre	Fronteira	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0,0	0	0	0
38	Évora	Alandroal	1%	0%	0%	-1%	0%	100%	0,0	0	0	0
39	Beja	Barrancos	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0,0	0	0	0
40	Évora	Borba	1%	0%	0%	-1%	0%	100%	0,0	0	0	0
41	Portalegre	Castelo de Vide	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0,0	0	0	0
42	Portalegre	Gavião	1%	0%	0%	-1%	0%	100%	0,0	0	0	0
43	Portalegre	Marvão	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0,0	0	0	0
44	Portalegre	Monforte	1%	0%	0%	-1%	0%	100%	0,0	0	0	0
45	Évora	Mourão	1%	0%	0%	-1%	0%	100%	0,0	0	0	0
46	Portalegre	Sousel	1%	0%	0%	-1%	0%	100%	0,0	0	0	0
47	Portalegre	Arronches	1%	0%	0%	-1%	0%	100%	0,0	0	0	0

Fonte: DREA - Estatísticas regionais de educação do Alentejo

Como se depreende dos dados constantes da tabela, para além de se registar um acréscimo global de 4% (coluna 7) na evolução do número de alunos inscritos no 10º ano do ensino secundário entre os anos letivos '06/07 e '09/10, a frequência de 10º ano está atualmente alargada no Alentejo a todos os alunos em idade escolar. Todavia, o alargamento ao ensino secundário e aos 18 anos da obrigatoriedade escolar (Lei nº 85/2009, de 27 de Agosto) vem acrescer sobremaneira a responsabilidade social do Estado na disponibilização das condições necessárias à concretização da universalidade secundária sucedida.

Os constrangimentos em escala populacional escolar decorrentes da escassez de população jovem residente em vários municípios do Alentejo circunscrevem a oferta de ensino secundário a 36 municípios e destes, apenas 21, ou seja, menos de metade, registam uma procura e inscrição de alunos no nível secundário público ou privado igual ou superior ao número de alunos que frequentava no ano imediatamente anterior o 9º ano de escolaridade no respetivo município (coluna 9 da tabela). Tais resultados são bem evidenciadores do grau de concentração da procura e da respetiva capacidade de oferta formativa que lhe está associada e permitem desenhar a cartografia dos municípios 'lugares centrais' ou 'tendencialmente centrais' do Alentejo com potencial suficientemente atrativo para gerar uma relativa procura social de educação e a correspondente resposta em termos de oferta educativa suficientemente diversificada de nível secundário.

Ressalta também da tabela o nível de concentração da distribuição da rede do ensino secundário, quando se constata que apenas 3 dos 47 municípios (6%) são responsáveis por 35% da oferta, 11 municípios (23%) dominam dois terços da oferta (67%) e cerca de uma dezena dos municípios do Alentejo não dispõe no seu território de abrangência de qualquer tipo de oferta, pública ou privada, de ensino regular de nível secundário. Na verdade, estando a oferta do 3º ciclo do ensino básico, através da rede pública ou privada, estendida e assegurada em todos os municípios do Alentejo, nem todos eles se apresentam suficientemente atrativos ou com escala populacional escolar suficiente para oferecer e consolidar a oferta do ensino secundário.

Com efeito, ao contrário dos níveis de ensino iniciais, caracterizados por estruturas curriculares de base uniforme ou tendencialmente uniforme, no nível de ensino secundário, após nove anos de escolaridade obrigatória de tronco comum, são oferecidas duas vias, uma predominantemente orientada para a prossecução de estudos e outra de feição mais profissionalizante, equivalentes e permeáveis entre si, integrando e disponibilizando cada uma delas um leque diversificado de cursos e áreas de formação.

O segundo critério de análise recorre ao cálculo do quociente do total de alunos do 10º ano sucessivamente por oito, por quatro e por dois e sinaliza a diversidade potencial da oferta educativa. Assim, para quocientes iguais ou superiores a 20 (número que consideramos aceitável para iniciação de um curso do ensino secundário), podemos admitir que existe público potencial para nesse município ser disponibilizada oferta formativa de nível secundário.

Da conjugação dos elementos constantes da tabela, ressalta que 36 dos 47 municípios proporcionam ensino secundário público ou privado, todavia, destes, apenas 10 apresentam densidades populacionais escolares para proporcionar a totalidade dos cursos da matriz do ensino secundário (por princípio, os quatro cursos da via científico-humanística e outros tantos da via profissionalizante). Por outro lado, abrindo o grau de tolerância do segundo critério de análise ao reduzirmos sucessivamente para quatro e para dois cursos a diversificação da oferta formativa de nível secundário, mesmo assim apenas 22 municípios (menos de metade) e 31 municípios (cerca de dois terços), mantêm níveis de densidade populacional escolar potencial para garantir, respetivamente, a oferta de quatro e duas turmas de secundário com um número mínimo e aceitável de alunos.

Critério 1:  $n^{\circ}$  de alunos do 10<sup>o</sup> ano (ano t) /  $n^{\circ}$  de alunos do 9<sup>o</sup> ano (ano t-1)  $\geq 1$   
 Critério 2:  $n^{\circ}$  de alunos do 10<sup>o</sup> ano (ano t) / 4  $\geq 20$

- Municípios que cumprem simultaneamente os dois critérios
- Municípios que cumprem apenas um dos critérios
- Municípios que não cumprem nenhum dos critérios



*Figura 4: Cartograma da procura potencial de educação e da oferta educativa correspondente de nível secundário na região Alentejo: centralidades e tendências*

A assimetria educativa não é apenas intermunicipal, mas é também a nível subregional. Dos 4 distritos do Alentejo, Portalegre é o que apresenta uma tendência de maior fragilização, uma vez que dos 15 municípios do distrito, somente 2 passam o filtro do segundo critério na sua vertente mais exigente (coluna 10 da tabela) e apenas 8 na sua vertente mais tolerante. Por outro lado, da intersecção dos dois critérios estabelecidos inicialmente (alunos 10<sup>o</sup> ano/alunos 9<sup>o</sup> ano  $\geq 1$ ; alunos 10<sup>o</sup>/8  $\geq 20$  (colunas 9 e 10, respetivamente)), somente 9 municípios em 47 observam cumulativamente os dois critérios.

### Conclusão

A desagregação em segmentos e áreas formativas diversificadas em resposta a expectativas e interesses por parte de alunos e famílias, por um lado, e o já diminuto fluxo populacional escolar e em queda acelerada que se regista em muitos municípios do Alentejo por outro, diz bem da natureza assimétrica do território alentejano e da necessidade de equacionar com extrema urgência a disponibilização de soluções transportadas de elevado conforto e segurança com base, por exemplo, na criação de redes intermunicipais de transportes, de modo a garantir o direito constitucional à educação e a existência efetiva de condições de igualdade de oportunidades de escolha, acesso e sucesso escolar a todos os alunos.

Estes elementos ganham uma relevância acrescida se observados numa perspetiva de acessibilidades e das respetivas implicações que se encontram de um modo geral associadas às maiores ou menores distâncias a um dado lugar central, a cidade ou vila-sede do município, uma vez que é nestas que estão sediadas as principais agências regionais-locais de economia produtiva, social e cultural e, conseqüentemente, as principais ofertas nesse âmbito.

Numa lógica que, de algum modo, possa ter em conta princípios de coesão social e territorial, esta questão ganha novos contornos, nomeadamente se perspetivada na base das desiguais condições de acessibilidade e de oportunidades educativas que a realização da escolaridade em escolas sediadas nos lugares-sede, por uma questão de opção ou, simplesmente, por questões de única oferta educativa disponível, implica para alunos residentes em zonas periféricas ou semiperiféricas. Em alternativa, pode não restar qualquer outra possibilidade que não seja a de alimentar o fluxo pendular tendencialmente em crescendo em direção aos municípios-lugares centrais, ainda que em muitos casos uma tal opção venha a implicar diariamente a realização de percursos superiores a muitas dezenas de quilómetros.

A menos que se erga uma forte vontade política e se reúnam muitas vontades convergentes capazes de desacelerar esta tendência, o rumo em aceleração de um despovoamento rural de efeitos devastadores e inimagináveis parece estar já num horizonte demasiadamente próximo.

## Referências

DREA (2011). Estatísticas regionais de educação do Alentejo. Évora: ME-DREA.

INE (2011). Censos 2011, Principais Resultados.

([http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011\\_apresentacao](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao))

Justino, D., Pascueiro, L., Franco, L., Santos, R., Almeida, S. e Batista, S. (2014). *Atlas da Educação – Contextos sociais e locais do sucesso e insucesso: Portugal 1991-2012*.

Lisboa: CESNOVA. <http://www.epis.pt/mediadores/atlas-da-educacao>

Moreira, I., Santos, I. e Conboy, J. (2009). A retenção académica e performance a Ciências em Portugal evidenciadas no PISA 2006. Lisboa: IIE.

Piketty, T. (2014). *O Capital no Século XXI*. Lisboa: Círculo de Leitores.

PORDATA. <http://www.pordata.pt/Europa>

Verdasca, José (2010). *Temas de Educação: administração, organização e política*. Lisboa: Edições Colibri.

Lei nº 85/2009, de 27 de Agosto (*Diário da República, 1.ª série - N.º 166*) - Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.